

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) - *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. 606 p. (Documentos). ISBN 978-989-26-0041-3.<sup>1</sup>

Entre muitas outras, há duas estratégias possíveis para se escrever sobre um livro tão variado quanto este: uma delas, que não seguirei, poderia traduzir-se num exercício egotista do suposto crítico-apresentador que acaba por falar mais de si próprio e das suas obsessões do que do livro que constitui novidade editorial. Outra estratégia é a de dar a conhecer o livro aos leitores e intentar responder a perguntas: que novidades encerra? Que problemas equaciona? Como se situa no “estado da arte”? Quando leio uma recensão de um livro ou uma crítica de um filme, a minha expectativa é essa – ficar a saber se o objecto cultural me interessa ou não - e não tanto a de sondar os recessos da mente do crítico.

Há títulos que deixam marcas para o futuro, abrindo horizontes em múltiplas direcções. Seguramente, no campo das ciências sociais do século XX, *Combates pela história* de Lucien Febvre (1953; só traduzido para português em 1977) é um deles. Aí o historiador francês reuniu um conjunto de textos de reflexão teórica sobre o seu ofício, aproximando-o de outras disciplinas como a linguística, a psicologia, a sociologia e a geografia, tecendo largas reflexões sobre a historiografia sua contemporânea.

Afortunada se afigura a evocação deste título nestes tempos de deriva e in-

certeza em que vivemos (mas não nos mostra também a história como todas as crises são situadas?). Combates agora antecidos – e muito bem – do adjectivo *Outros*: mais de meio século passou sobre a publicação dessa derradeira obra do antigo director dos *Annales* e, no entanto, a sua actualidade teórica e metodológica manteve-se a diversos títulos bem viva na historiografia portuguesa dos séculos XX e XXI – nomeadamente nesta obra colectiva coordenada por Maria Manuela Tavares Ribeiro, publicada pelo CEIS20 – o centro de investigação fundado, entre outros investigadores, por Luís Reis Torgal, que já conta doze anos de frutuosa existência.

Afortunado título, em primeiro lugar porque *Outros combates pela história* reúne um conjunto muito variado de estudos da autoria de investigadores formados em múltiplas ciências humanas: história, filosofia, economia, psicologia, estudos artísticos, sem esquecer o direito, as ciências da comunicação, a educação, e ainda, a medicina e a farmácia. Depois porque, em larga medida, este livro reflecte a abertura de espírito que encontramos no livro de Lucien Febvre e a sua definição de história, que vale a pena relembrar: “A história (...) é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas actividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da sociologia), com a quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas”.

O livro contém os textos das conferências apresentadas no Colóquio do mesmo título, realizado em Coimbra, em Novembro de 2008. Organiza-se em grandes secções dedicadas a teorias da história; História e Política, História e Ciências;

<sup>1</sup> Este texto foi lido pelo autor na apresentação do livro acima referido, realizada em Coimbra, no Teatro Académico de Gil Vicente, em 7 de Dezembro de 2010.

História e Organizações Económicas e Sociais; História, Educação e Comunicação e História, Ideias e Artes. Vários estudos aqui reunidos constituem reflexões teóricas, outros estados das questões, balanços da investigação desenvolvida em determinadas áreas: sobre a historiografia colonial, a história empresarial, sobre a história das ideias no Brasil. Há ainda, estudos de caso: sobre o percurso político do biógrafo de Antero, José Bruno Carreiro (por Carlos Cordeiro); sobre as biografias escritas pelo prémio Nobel da Medicina Egas Moniz (por Manuel Correia); sobre Eça de Queiroz como cronista (por Ana Teresa Peixinho), sobre um jurista português do século XVII - Mateus Homem Leitão (por António Hespanha), sobre as representações iconográficas de S. João de Deus (Augusto Moutinho Borges) ou sobre o compositor Fernando Lopes-Graça (Teresa Cascudo); ou abordagens monográficas sobre temas tão estimulantes como o comemorativismo na Espanha pós-franquista, o paradigma darwiniano da História natural, ou o conceito de tempo nos teóricos da contra-revolução em Portugal. As secções em que se organizam estes textos são seguidas de breves comentários da autoria de outros historiadores que sobre eles reflectem.

Na impossibilidade de percorrer tão diversificada matéria, seleccionemos alguns dos problemas equacionados pelos autores. Em primeiro lugar, a relevância atribuída à teoria. Sem ela não há história, considerava Braudel. E talvez pudéssemos acrescentar que a imaginação é necessária na construção da teoria, como bem frisaram Karl Popper e, entre nós, António Sérgio. Se é certo que a imaginação é necessária ao historiador, também será erro confundir esta imaginação com a imaginação estética, como bem observa Fernando Catroga. No tempo que é o nosso, em

que se esbatem fronteiras entre disciplinas e em que, nos antípodas, parecem mais limitados os enfoques que se fecham em especialidades de especialidades, regressa a consciência da vantagem da dimensão global e do comparativismo. Admita-se contudo com Fernando Catroga uma saudável pluralidade de métodos, todos eles legítimos desde que comprovem a “validade das hipóteses”. Muito sugestiva é a sua qualificação da historiografia como “poética da ausência pois re-presentifica o que já não existe”. O que nos poderia aproximar da releitura de Althusser por António Pedro Pita, do interesse que o filósofo tinha pelo teatro, e do valor que atribuía à descoberta do outro na formação da consciência de si e da consciência social. Ou das reflexões desconstrutivistas de Rui Cunha Martins em torno da problemática da prova e da ideia de “uma condição processual” da verdade, susceptível de se de-compor, reconhecendo-se assim o seu carácter construído.

Outros historiadores formulam problemas de inegável pertinência no tempo de excesso de informação em que nos movemos. Pergunta Caio Boschi: como garantir e aferir a autenticidade dos documentos digitalizados? Daí decorre a necessidade de conhecer “como, quando e em que circunstâncias” se constituíram os fundos documentais. Mas bastará isso? Na verdade, como sugere Armando Malheiro da Silva, que tem larga experiência na matéria, quando o real e o virtual se tornam indissociáveis, é hoje muito mais fácil falsificar documentos. Donde, não deverá o historiador do século XXI ser mais cauteloso e dominar os processos da informática que lhe permitam submeter a uma leitura crítica as fontes digitais? Creio bem que sim, embora decerto nem todos tenhamos habilidade para habitar nos mundos virtuais. Mas encontramos

neste livro questões mais consensuais: as fontes só o são, na medida em que são submetidas a um questionário que lhes confere sentido; a história da história é indispensável: quando um historiador estuda um tema tem que conhecer o que já se escreveu sobre a matéria (Victor Neto).

A secção “História e política” alarga perspectivas em sentidos bem diversos, que nos remetem para os chamados usos políticos do passado: a admissão da indissociabilidade entre história e intervenção cívica e da legitimidade da inscrição da memória nos debates actuais, partindo do princípio de que não há história objectiva (Fernando Rosas, invocando Duby); a descentralização das comemorações históricas na Espanha dos últimos trinta anos e a sua instrumentalização política (Bernard Vincent); uma leitura crítica sobre a historiografia colonial portuguesa e a chamada de atenção para a necessidade de se estudarem as ideologias coloniais no caso português (Fernando Tavares Pimenta)<sup>2</sup>, considerando-se que a problemática da dominação colonial “ainda não foi considerada como tema de reflexão metodológica” entre os historiadores (José Luís Lima Garcia) – mas aqui conviria lembrar os trabalhos de Valentim Alexandre e de Isabel Castro Henriques; uma muito pertinente chamada de atenção para o lugar do Direito na ampliação da consciência histórica e para a indispensável convergência entre historiadores e juristas historiadores (Luís Bigotte Chorão). E ainda uma reflexão histórica sobre um tema de grande actualidade, “Ética, política e relações internacionais” (Carlos Pacheco Amaral).

---

<sup>2</sup>Discordamos do autor quando inscreve o título História da Expansão numa visão necessariamente tradicional da história.

Outras problemáticas são afloradas por diversos autores: os riscos da pressão editorial para publicar a grande velocidade, a moda das biografias apologéticas de personalidades régias (Bernard Vincent), ou até de opositores ao regime de Salazar cuja mitificação importa repensar – caso de Humberto Delgado (Heloísa Paulo); o modo como as biografias podem constituir exercícios de auto-biografia, podendo o biógrafo exercer um certo poder de intrusão sobre os seus biografados (Manuel Correia, sobre as biografias escritas por Egas Moniz). O que se poderia exprimir na pergunta: em que medida o biógrafo se projecta no seu biografado?

“História e ciências” remete-nos novamente para questões teóricas do maior interesse: os conceitos de paradigma e de revolução científica de Thomas Kuhn, revisitados por Norberto Cunha, aplicados ao caso da Histologia em Portugal nos primeiros decénios do século XX, com uma estimulante sugestão final: serão estes conceitos aplicáveis à história da história em Portugal? A mudanças de paradigma se referem também José Morgado Pereira, referindo-se às transformações no campo da psiquiatria portuguesa (do século XIX para o século XX) e Ana Leonor Pereira a propósito do transformismo darwiniano. O que mostra bem a fortuna crítica deste conceito kuhniano.

Temos ainda uma secção sobretudo dedicada a história empresarial. Depois da voga da historiografia marxista e estruturalista nos anos 60 e 70, este campo tem vindo a desenvolver-se recentemente. A sua genealogia e tendências são traçadas por J. M. Amado Mendes. É um dos domínios em que os patrocínios aos historiadores poderão afectar a sua imparcialidade. O que não deve afectar a relevância desta história pública, que presta serviço à sociedade civil. Outros

historiadores exploram este domínio, no que respeita às estratégias identitárias das empresas, com recurso à publicidade (Alda Mourão) ou questionando o conceito de “empresa cidadã” (António Rafael Amaro). E encontramos ainda a sugestão de um programa de investigação acerca do Estado e do corporativismo (Álvaro Garrido).

No campo da “Educação e comunicação”, deparamos com temáticas mais conhecidas mas não menos necessárias – sobretudo estudos analíticos de caso: as continuidades e inovações nos livros escolares, dos finais do séc. XIX a 1974 (Augusto José Monteiro), a arquitectura escolar e a sua regionalização (António Simões Rodrigues); uma análise de um periódico ligado à Escola do magistério Primário de Coimbra (Luís Mota); uma incursão na imprensa estudantil de Coimbra nos finais do século XIX (Manuel Carvalho Prata); o já referido estudo sobre Eça jornalista (Ana Teresa Peixinho) e o papel dos meios de comunicação portugueses no combate do Estado Novo contra a II República espanhola (Alberto Pena Rodrigues). Sobretudo de estudos de caso se constitui igualmente a diversificada secção de “História, Ideias e Artes”. Além dos profundos trabalhos já referidos de António Hespanha, Zília Osório de Castro, Francisco Falcon e Teresa Cascudo, que relacionam os seus objectos de estudo em tecidos culturais mais vastos, e de um testemunho pessoal de exploração das potencialidades das imagens (Alexandre Ramires), registre-se o sugestiva reflexão de Nuno Rosmaninho em torno da chamada arte nacional, do “aportuguesamento” e do regionalismo artístico que alimentaram uma persistente retórica da tradição no nacionalismo cultural. Seria decerto proveitoso, a este respeito, aproximar o caso português de outros casos europeus (Espanha, Itália, França) na mesma época.

Noutro domínio, o cinema - que tem sido objecto da atenção de vários investigadores do CEIS20 - o estudo de Paulo Cunha mostra bem como o exercício da actividade censória sobre o novo cinema português dos anos 60 e 70 esteve longe de ser linear.

Uma última nota, que bem podia ser a primeira. A encerrar este estimulante volume, Luís Reis Torgal - historiador que desde os anos 70 tem aberto novos horizontes na investigação histórica em Portugal, da Restauração do século XVII aos autoritarismos e totalitarismos do século XX, passando pelo pensamento tradicionalista e pela história da instrução pública – tece um balanço histórico do CEIS20 e exprime um pensamento crítico sobre a actual situação da Universidade, evocando mestres como Leonardo Coimbra, Ortega y Gasset ou Joaquim de Carvalho. Mestres de uma época em que a noção de tempo que se vivia não era decerto o do imediatismo dos nossos dias – esse vertiginoso refluxo sobre o presente a que alguns historiadores (caso de François Hartog) têm designado de presentismo. Na verdade, a lógica da criação científica nem sempre se compagina com o imediatismo das lógicas empresariais e de mercado. Tem os seus tempos próprios de maturação. Como sugeriu um dia Jean-Jacques Rousseau, o ideal não será tanto o de ganhar tempo mas o de ser sábio em perdê-lo. Por exemplo, a ler e estudar este livro.

Sérgio Campos Matos  
Faculdade de Letras da Universidade  
de Lisboa